

Revista Boas Práticas na Ater Pública

Junho de 2021

O desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural é o desenvolvimento agropecuário sustentável do Brasil.



Ater Pública é disseminar boas práticas por todo o Brasil.

Mais Ater Pública é a valorização da agricultura familiar, do respeito à natureza e desenvolvendo a economia.

Mais Ater Pública é pensar uma agricultura cada vez mais sustentável, garantindo o abastecimento de alimentos e segurança alimentar.

Mais Ater Pública é mais Brasil.

Expediente

Presidente

Nivaldo Magalhães (Empaer/PB)

Vice-Presidente Nacional

Luciano Brandão (Emater/RO)

Vice-Presidente Região Norte

Valdenor Cardoso (IDAM/AM)

Vice-Presidente Região Nordeste

Antônio Amorim (Ematerce/CE)

Vice-Presidente Região Centro-Oeste

Pedro Leonardo (Emater/GO)

Vice-Presidente Região Sudeste

Marcelo Monteiro (Emater/RJ)

Vice-Presidente Região Sul

Natalino Avance (IDR-Paraná)

Sede:

Endereço: SCLN 116 Bloco F sala 218 Edifício

Castanheira Brasília-DF - CEP: 70.773-500

Telefone: (61)3963-7873

www.asbraer.org.br

ascom@asbraer.org.br

Facebook: @asbraer

Instagram: @asbraer

YouTube: /Asbraer

Twitter: @Asbraer_oficial

Diretora Executiva: Mariana Matias

Assessora de Comunicação: Juliana Silva

Jornalista: Ana Karoliny Barros

Assessor Parlamentar: Isaac Sassi

Assistente Administrativa: Jaqueline Santos

Estagiário: Davi Lacerda (economia)

Textos: Juliana Silva

Fernanda Lisboa (Anater)

Projeto Gráfico: 114 Design

Fotos: cedidas pelas associadas e Anater

Publicação Digital: Asbraer

Parceria: Anater, Epagri/SC, IDAM/AM e Emater/MG

**Editorial: Palavra
do presidente da
Asbraer Nivaldo
Magalhães**

06



**Programa Produzir
Brasil - Uma
parceria Anater e
Ater Pública**

08



**Plantio Direto de
Hortaliças: uma Boa
Prática propagada
pela Epagri/SC há
mais de 20 anos**

11



**Produção com
conservação da
natureza na Amazônia
Legal - IDAM/AM**

15

**Emater de Minas
Gerais incentiva
o tratamento
ecológico de
dejetos bovinos**

20



Editorial

A Ater Pública brasileira vem desenvolvendo, cada vez mais, um trabalho de excelência em todo o país. Nos últimos anos já fomos modelo de boas práticas na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) por diversas vezes. Na produção de algodão orgânico, onde a Empaer da Paraíba foi exemplo, a Ema-ter de Minas Gerais e a Epagri em Santa Catarina sendo modelos de tecnologia para agricultura familiar também por meio da FAO. O IDR-Paraná levando suas boas práticas à Etiópia com o intercâmbio promovido pela entidade alemã GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit).

A Asbraer tem muito orgulho de fazer parte da Ater Pública, porque é um serviço com profissionais responsáveis, dedicados e satisfeitos com o que fazem. E isso faz com que a qualidade da prestação dos serviços da assistência técnica e extensão rural seja sempre de excelência.

Continuamente buscamos o melhor para o pequeno produtor e agricultor familiar. Procuramos prestar serviços com qualidade, nos capacitar cada vez mais, nos atualizar, buscamos sempre inovação para levar ao campo e facilitar a vida do produtor gerando qualidade de vida para ele, aumento de renda e geração de emprego no campo de forma a manter o produtor nas zonas rurais, produzindo alimentos e proporcionando renda, de forma a melhorar sua vida e, por consequência, melhorando a vida de todo brasileiro. Porque quem coloca a comida na mesa no Brasil é o agricultor familiar, quem desenvolve a economia do nosso país é o agricultor. Então precisamos sempre levar o melhor para o campo de forma a facilitar e aprimorar sua vida. E esse é o principal foco da Ater Pública. E faz com eficiência, eficácia e muita dedicação.

Tenho muito orgulho de representar nacionalmente essas entidades que tanto fazem pelo Brasil.



Nivaldo Magalhães

Presidente da Asbraer

Primeira etapa do Produzir Brasil levará Ater Pública para mais de 3.550 famílias assentadas



Parcerias entre Anater e Ater Pública da região Centro-Oeste garantem assistência técnica e extensão rural para agricultores assentados do MS, de GO e do DF

O Programa de Consolidação de Assentamentos - Produzir Brasil, lançado no final do ano passado, já celebra parcerias que beneficiarão mais de 3.550 famílias assentadas com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Pública no Centro-Oeste. A região direcionada para a primeira etapa de implantação conta com Instrumentos Específicos de Parceria (IEPs). Estes instrumentos foram firmados entre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e três representantes da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

O Produzir Brasil é fruto do trabalho entre a Anater e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob governança e investimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com o incentivo à produção em cadeias de valor que garantam o desenvolvimento sustentável, essa política pública irá acelerar o processo de consolidação dos projetos de reforma agrária. Além disso, promoverá a estabilidade social das famílias assentadas a partir da elaboração, execução e monitoramento dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDSA).

“Tratam-se de instrumentos muito significativos para o MAPA. Vamos levar a assistência técnica necessária para que os pequenos produtores possam produzir e também comercializar, conquistando independência”,
ressaltou a ministra do MAPA Tereza Cristina.



A iniciativa do governo federal viabiliza Ater, por meio da parceria entre a Anater e a Ater Pública, direcionada aos produtores assentados que foram titulados ou estão em processo de titulação. Os agricultores assistidos pertencem à Relação de Beneficiários do Incra, ou seja, são contemplados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Além dos IEPs, a Agência também celebra contratos com empresas privadas prestadoras de Ater pela realização de chamadas públicas. Ao todo, seja por assistência pública ou privada, mais de 6 mil famílias assentadas são beneficiadas no Centro-Oeste. A política pública será levada para o restante do Brasil.



Palavra do presidente

O Produzir Brasil é uma iniciativa conjunta eficiente. Cada um de nós tem um papel fundamental e as ações se complementam para promover a independência financeira dessas famílias.

Por uma frente de atuação, o Incra entrega o título de posse da terra e por outra, nós da Anater juntamente com as Emateres, levamos a assistência técnica pública. Assim, promovemos o desenvolvimento rural nesses assentamentos.

É importante que tanto os agricultores, quanto os extensionistas, entendam bem o programa. Iremos oferecer dentro das propriedades o apoio para produzirmos, cada vez mais, o alimento

que chega na mesa do brasileiro. Não se trata de garantir somente a agricultura de subsistência, mas sim de produzir excedente para o mercado.

Ser beneficiário do Produzir Brasil significa mais um passo para acessar outras políticas públicas. E dessa maneira, conseguiremos incentivar a maior participação das mulheres e, inclusive, a sucessão familiar.

Ademar Silva Júnior
Presidente da Anater

Famílias atendidas no Centro-Oeste



O Produzir Brasil foi lançado no mês de novembro de 2020 e beneficiará, nesta primeira etapa, os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. A expectativa é expandir, em breve, para o restante do Brasil.

O primeiro Instrumento Específico de Parceria (IEP) foi celebrado entre a Anater e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-Goiás), prevendo Ater para 2.005 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs).

Em seguida, foi firmado IEP com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer-MS) para atender 1.177 famílias assentadas.

Em março de 2021, foi firmado convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) para atender 374 famílias assentadas.

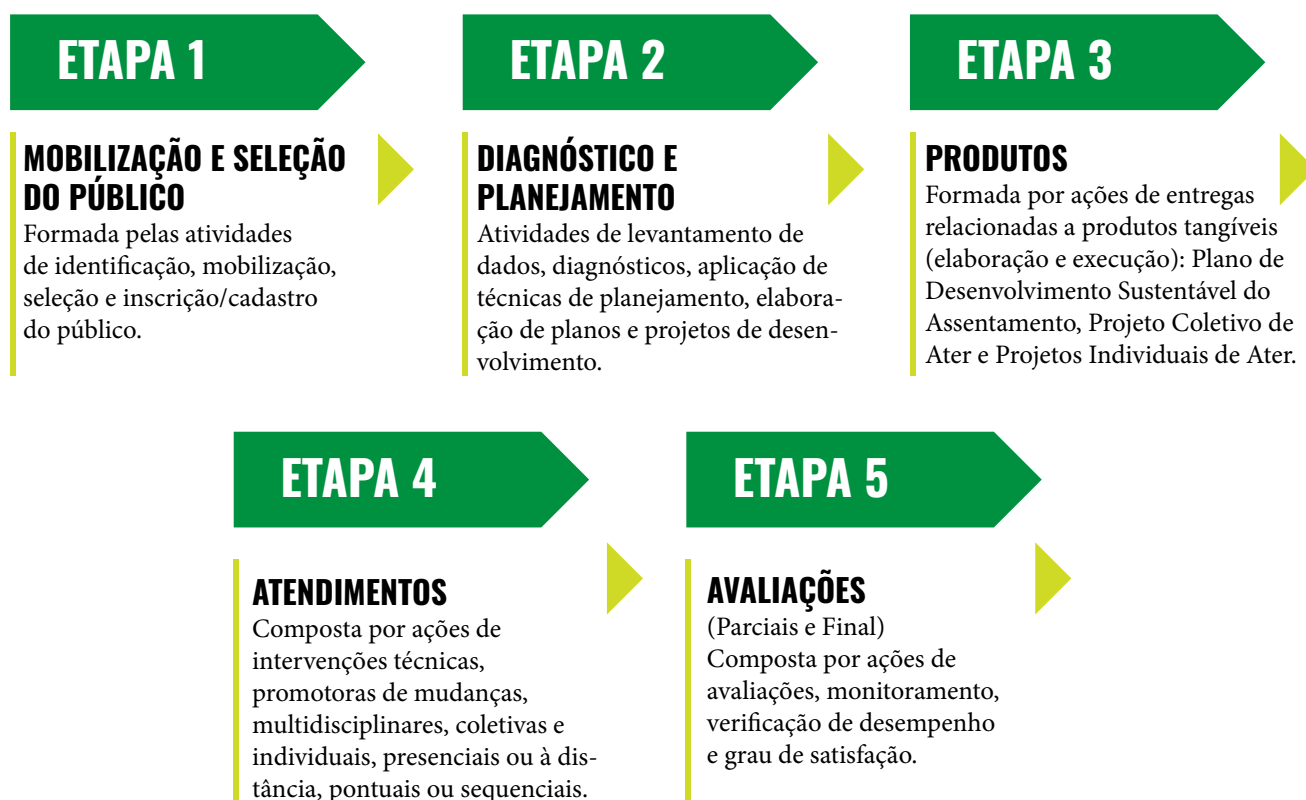
Como os extensionistas irão trabalhar com as famílias rurais assentadas?

Durante 24 meses, serão realizadas atividades coletivas e individuais. Todos os extensionistas são preparados pela Anater com a metodologia do Produzir Brasil para trabalhar diretamente com os agricultores nos assentamentos.

Com o cadastro e a autorização do beneficiário, será iniciado o acompanhamento.

A Ater contempla três eixos: Produtivo, Promoção Social e Agroambiental.

O trabalho será realizado em cinco etapas: definição dos beneficiários; diagnóstico e planejamento das ações; elaboração e entrega dos projetos; assistência técnica e; por fim, avaliação dos resultados.



O Produzir Brasil gera vários efeitos positivos para a agricultura familiar do país, como:



O resultado da soma desses efeitos fortalece a estrutura e a autonomia dos assentamentos pelo Brasil.

Plantio Direto de Hortaliças: uma boa prática propagada pela Epagri/SC há mais de 20 anos

Um bom caminho para promover a produção sustentável de hortaliças é o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças e esse caminho a Epagri conhece muito bem e propaga entre os produtores de Santa Catarina



A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) vem trabalhando, há 23 anos, um caminho para tornar a oleicultura cada vez mais sustentável por meio do **Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)**. Difundido como uma transição da agricultura convencional para a agroecológica, ele permite reduzir o uso de agrotóxicos e adubos altamente solúveis até eliminá-los das lavouras.

O Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) é um sistema que promove a saúde das plantas. Essas técnicas trazem uma série de vantagens para a saúde do trabalhador rural, para o meio ambiente e para o bolso do agricultor.

Os técnicos da Epagri, ao trabalhar com SPDH ficam focados num tripé que tem como base a parte **social, ambiental e econômica** da família.



As pesquisas da Epagri na área iniciaram em 1998 e, hoje, o sistema é utilizado em cerca de 4 mil hectares de 1,5 mil propriedades rurais catarinenses, o que representa em torno de 10% da área plantada com hortaliças no Estado. A meta da Empresa é que toda a olericultura catarinense seja conduzida nesse sistema até 2030.

O segredo do SPDH é promover a saúde da lavoura com práticas voltadas para o conforto das plantas. Isso significa reduzir o estresse relacionado a fatores como temperatura, umidade, salinidade e PH do solo, luminosidade e ataque de pragas e doenças. Segundo o engenheiro-agrônomo da Epagri, Marcelo Zanella “na nutrição da planta, é preciso seguir as taxas diárias de absorção de nutrientes ajustadas às reservas nutricionais do



solo, aos sinais apresentados pelas plantas e às condições ambientais”. Se a planta fica mais resistente, exige menos insumos para se desenvolver de forma adequada.

Como funciona

O Sistema de Plantio Direto em Hortaliças segue três princípios básicos: o revolvimento localizado do solo, restrito às covas ou sulcos de plantio; a diversificação de espécies pela rotação de culturas, com a inclusão de plantas de cobertura para produção de palhada; e a cobertura permanente do solo.

A proteção permanente do solo com palhada é a principal técnica conservacionista adotada pela Epagri. Ela utiliza plantas de cobertura para formar biomassa. Além dessas plantas, conhecidas como adubos verdes, são mantidos na área de plantio os restos vegetais de culturas anteriores. Cada hectare de horta precisa de, pelo menos, 10 toneladas de palha por ano. O revolvimento do solo é restrito à linha de plantio e, nessa área, o olericultor deve praticar rotação de culturas.

Além de proteger o solo, as plantas de cobertura servem de alimento para macro e microrganismos, aumentam a concentração de matéria orgânica, reduzem o surgimento de plantas espontâneas e mantêm a umidade e a temperatura mais estáveis. Essa rotação de várias espécies reduz os problemas fitossanitários, aumenta a biodiversidade e a ciclagem de nutrientes, mantendo e melhorando a fertilidade do solo.

O SPDH tem importante papel na redução da temperatura do solo, dos processos erosivos e da necessidade de uso de agrotóxicos, garantindo também a manutenção de maior umidade (sem promover o acúmulo excessivo de água). E estes fatores mostram o poder dele de promover a adaptação dos sistemas produtivos agrícolas aos impactos das mudanças ambientais em curso, especialmente aquelas relacionadas ao clima. Além disso, o sistema de plantio direto promove o aumento nos estoques de carbono do solo e a possível **redução das emissões de gases de efeito estufa**, o que o torna uma importante ferramenta de **mitigação das mudanças climáticas globais**.

Para a adoção do SPDH, deve-se considerar que, em geral, as hortaliças não proporcionam resíduos de palhada em quantidade adequada à manutenção do sistema, devendo-se incluir plantas de cobertura na sucessão de cultivos com as hortaliças. Plantas de cobertura são espécies com elevado potencial de produção de matéria seca e com profundo e vigoroso sistema radicular, que têm a capacidade de reciclar nutrientes e de, após sua decomposição, tornar o solo leve e poroso, promovendo bom enraizamento do cultivo subsequente.



Redução de Agrotóxicos

As hortaliças catarinenses produzidas com a assistência técnica da Epagri são limpas, ou seja, são produzidas visando o menor uso de agrotóxicos. As tecnologias e boas práticas utilizadas no Sistema de Plantio Direto de Hortaliças são disseminadas pela Ater Pública em Santa Catarina visando, também, reduzir o uso de agrotóxicos.

Além de diminuir os riscos para o produtor, com menor exposição aos defensivos e promover segurança alimentar e saúde ao consumidor, reduzindo o uso de agrotóxicos, o agricultor gasta, em média, 50% menos para produzir hortaliças em SPDH. A melhoria na qualidade e na uniformidade das plantas permite reduzir em 35% as perdas na colheita. Além disso, as taxas de infiltração de água no solo chegam a ser três vezes maiores que no sistema convencional – a redução média no uso de água para irrigação é de 80%.

Na cadeia produtiva do tomate, o sistema tem permitido reduzir em 60% o uso de fungicidas, em 100% o uso de herbicidas e em 60% o uso de adubos químicos, mantendo a produtividade quando comparada ao sistema convencional. No cultivo de cebola, além de reduzir em 60% o uso de adubo químico e em mais de 40% o uso de fungicidas, o SPDH permite estender em 60 dias o tempo de armazenagem do bulbo.

Outra hortaliça com ótimos resultados é o chuchu. Os olericultores têm conseguido eliminar totalmente o uso de herbicidas e fungicidas, em 80% o uso de inseticidas e em 70% os adubos químicos. Em alguns casos, como na propriedades de Anitápolis (SC), após cinco anos de SPDH,

registrou-se aumento de 100% na produtividade em relação ao método convencional, segundo Marcelo Zanella.

Além de alimentos mais seguros, a redução dos insumos significa dinheiro no bolso. De acordo com o Balanço Social da Epagri de 2018 o SPDH beneficiou os olericultores catarinenses com R\$25 milhões em aumento de produtividade e R\$15 milhões em redução de custos em comparação com o cultivo convencional.



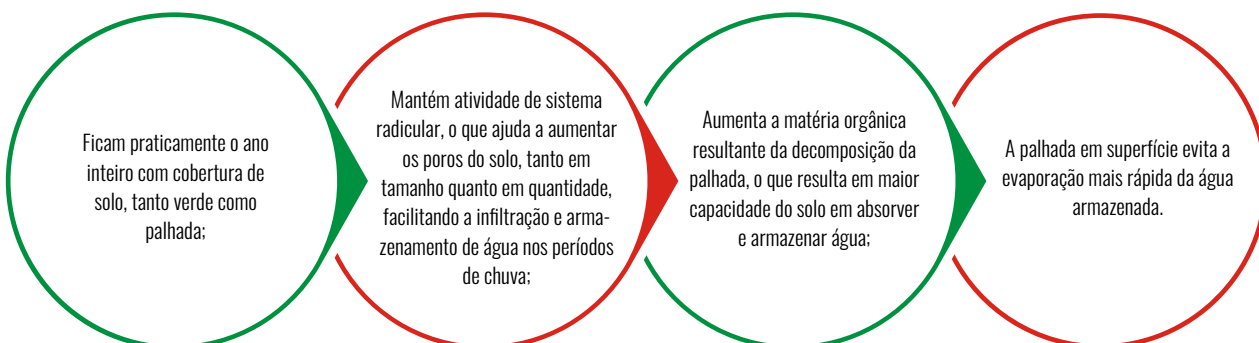
SPDH na estiagem

A estiagem que o Estado enfrentou em 2020 serviu para que o SPDH, mais uma vez, mostrasse sua importância para a sustentabilidade da agricultura catarinense.

O SPDH vem ao encontro de todo um trabalho desenvolvido na Epagri pensando num sistema de

produção com impacto ambiental menor, principalmente em relação à resiliência, ou seja, o comportamento em relação a extremos climáticos.

As vantagens percebidas nas áreas que adotam o sistema no enfrentamento à estiagem são diversos, tais quais:



Assim, observou-se que mesmo aqueles cultivos em SPDH que demandaram irrigação na última estiagem (2020) mostraram um desempenho diferenciado, consumindo cerca de um terço ou até apenas um quarto da água que seria necessária no cultivo convencional. Sendo assim, comprovou-se que mesmo que seja preciso colocar água,

o SPDH se torna muito mais eficiente em relação às perdas e traz uma condição melhor de cultivo para os produtores. Na estiagem do ano de 2020 ficou clara a qualidade dos alimentos produzidos nesse sistema na comparação com o cultivo convencional.



Palavra da presidente

O SPDH vem provando na prática seu valor. A cada dia se multiplicam os relatos de agricultores catarinenses satisfeitos com a redução de custos e aumento de sustentabilidade de seus cultivos. Quem apostou no sistema não está sofrendo tanto com a estiagem, que vem atingindo nosso estado desde o ano passado. Outro resultado gratificante é saber do uso cada vez menor de químicos nos cultivos em SPDH.

Para implementar o SPDH é preciso muita orientação, mas com o auxílio de um extensionista rural que domine o assunto, fica fácil para o agricultor. O bom índice de adoção do SPDH em Santa Catarina prova o valor da extensão rural para a agricultura e para a segurança alimentar da população. É alimento mais limpo e mais barato na mesa do consumidor, mais saúde e rentabilidade para quem produz, tudo proporcionado pelo trabalho exemplar de extensão rural desenvolvido pela Epagri.

Edilene Steinwandter

Presidente da Epagri/SC

Produção com conservação da natureza na Amazônia Legal - IDAM/AM

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas (IDAM/AM) está sempre em busca de técnicas, tecnologias e políticas que fomentem o desenvolvimento rural sustentável na região amazônica. Além disso, valoriza a cultura local empoderando produtos nativos da região.

Pensando nisso, o IDAM vem trabalhando a melhoria do desenvolvimento sustentável de arranjos produtivos locais tais quais castanha-do-brasil, abacaxi e o pirarucu.

Castanha do Brasil



Bertholletia excelsa, mais conhecida como castanha-da-amazônia ou castanha-do-brasil, tem grande importância para a economia da Amazônia, sendo o principal produto extrativista comercializado. Está intimamente ligada à cultura das populações tradicionais da Amazônia e seus produtos e subprodutos são utilizados há várias gerações como fonte de alimentação e renda.

A produção da castanha-do-brasil vem sendo fomentada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), por meio do Projeto Prioritário da Castanha-do-Brasil. O resultado desse trabalho foi um aumento significativo da produção no estado, que chegou, em 2020, a mais de 30 mil toneladas, segundo dados do Idam. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também noticiou que o Amazonas é o maior produtor nacional de castanha.

Segundo os dados do Relatório de Atividades do Idam, Itacoatiara é o principal produtor de castanha-do-brasil cultivada no Amazonas. O município tem cerca de 1,5 milhão de árvores de castanheiras plantadas. Já no extrativismo tradicional, os principais municípios produtores são Coari, Tapauá, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Tefé e Beruri, que juntos produzem aproximadamente 19,1 mil toneladas.

Mais importante processo produtivo de comunidades extrativistas desde o fim do Ciclo da Borracha, a castanha-do-brasil se destaca como uma fonte de renda alternativa para os **agricultores familiares**, com o benefício de que sua coleta não requer nenhum dano à floresta. Suas peculiaridades, entretanto, oferecem desafios particulares que o Idam tem trabalhado em visitas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e investimentos direcionados para apoiar as comunidades extrativistas e agricultores familiares.



Produtor rural Zaqueu Chagas da Silva, no município de Tapauá

Segundo a chefe do departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal (Datef) do Idam, Nadiele Pereira Pacheco, a castanha-do-brasil é um fruto que leva um tempo razoavelmente longo para amadurecer, cerca de 18 meses.

“Por esse motivo, e aliado às questões de mudanças climáticas, existe uma irregularidade na produção entre as safras. Em regra geral, é um ano de alta seguido de um ano de baixa produção. Em 2020, consideramos que foi um ano de produção razoável, e a perspectiva é de 2021 ser um ano de baixa produção”.

De acordo com Nadiele, o Projeto Prioritário da castanha-do-brasil, e, conseqüentemente, a adoção das boas práticas de manejo por parte dos beneficiários do projeto, estão entre os caminhos para não só aumentar a produção como também qualificá-la, por meio de medidas para o manejo que proporcionem a conservação da espécie, a geração de emprego e renda para as populações tradicionais do estado do Amazonas, e o fornecimento de um produto alimentício saudável.

Atualmente, cerca de 6,5 mil produtores fazem parte do processo produtivo da castanha-do-brasil no estado, dentre os quais aproximadamente 2,8 mil tiveram o apoio de visitas técnicas do Idam em 2019.

Além de investimentos e auxílio diretos aos agricultores familiares, o Governo do Estado tem impulsionado a produção de castanha-do-brasil por meio de apoios à agroindústria, viabilizados com políticas públicas e assistência técnica aos empreendimentos.

Em agosto de 2020, o Idam, junto à Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), acompanhou a inauguração da fábrica de beneficiamento da

castanha-do-brasil de Tapauá, a Agroindústria Abufari – Produtos Amazônicos. Atualmente, o Amazonas possui 12 agroindústrias de beneficiamento da castanha-do-brasil, das quais seis são formadas por Organizações da Sociedade Civil nos municípios de Amaturá, Boca do Acre, Beruri, Barcelos, Manicoré e Lábrea. As demais são da iniciativa privada, estabelecidas em Manaus, Humaitá, Coari, Tefé, Itacoatiara e Tapauá.

Em Beruri, um dos municípios de maior destaque na produção de castanha-do-brasil no Estado, o Idam trabalha ao lado da Associação dos Agropecuários de Beruri (Assoab). Operando em conjunto com a associação, o Idam garante serviços de assistência técnica e extensão rural por meio do Projeto Prioritário da Castanha-do-Brasil, beneficiando cerca de 400 produtores familiares na região.

Neste grupo, se inclui a família de Raimundo de Souza Almeida, morador da comunidade São João Batista do Lago do Uauaçu. Tradicional da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piquaçu Purus, a família Almeida trabalha com o extrativismo da castanha-do-brasil há mais de 30 anos, e hoje se beneficia da agroindústria como uma das muitas famílias que fornecem sua produção à Usina de Beneficiamento de castanha-do-brasil de Beruri.

Por meio da compra da produção dos agricultores familiares da região, a Usina proporciona uma fonte de renda mais estável às famílias do município.

Com a assistência técnica e extensão rural do IDAM, os produtores rurais possuem incentivo e orientações para o manejo sustentável da castanha-do-brasil

Abacaxi

O abacaxi da região de Novo Remanso, distrito do município de Itacoatiara (distante 176 quilômetros de Manaus), foi destaque nacional no ano de 2020. Em junho, o fruto recebeu o selo de Indicação Geográfica (IG), na categoria Indicação de Procedência (IP), do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). E, em novembro, o cultivo de abacaxi de Novo Remanso foi declarado Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Amazonas, por meio da Lei nº 5.306, sancionada pelo governador Wilson Lima.

O selo de Indicação Geográfica (IG) é um reconhecimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), publicado na “Revista da Propriedade Industrial”, edição nº 2.579, que chegou como um incentivo para a Associação dos Produtores de Abacaxi da Região de Novo Remanso (Encarem). O registro engloba o cultivo do fruto nas localidades de Novo Remanso e Vila do Engenho, em Itacoatiara; Santa Luzia da Manápolis, zona rural de Rio Preto da Eva; e São Francisco do Caramuri, zona rural de Manaus. As informações são da Encarem.



Os agricultores que trabalham com este cultivo recebem apoio do Governo do Amazonas, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado (Idam) e da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror). Dos 94,3 milhões de abacaxis produzidos no Amazonas no ano passado, 68,9 milhões (73%) foram provenientes do distrito de Novo Remanso, considerado o maior produtor de abacaxi do estado. Os dados são do Relatório de Atividades Trimestrais do Idam, que indica ainda que a região possui atualmente uma área plantada estimada em 3 mil hectares e cerca de 1,3 mil produtores rurais trabalhando com a atividade.

“Inegavelmente, o abacaxi do Amazonas, sobretudo do Novo Remanso, tem uma baixa acidez e é um produto diferenciado, muito doce, reconhecido pelo consumidor do Amazonas. E a partir da Identificação Geográfica daquela região, garantindo a procedência desse produto diferenciado, certamente esses produtores serão mais reconhecidos e valorizados”, frisou o titular da Sepror, Petrucio Magalhães Júnior.

Com um volume de produção semanal, em torno de 6 mil frutos de abacaxi, a comunidade do Caramuri, na zona rural de Manaus, deve produzir 900 mil frutos da cultura agrícola até o final deste ano. A safra em 2019 foi de 700 mil frutos produzidos. Entre janeiro e junho de 2020, foi feita a

colheita de 500 mil abacaxis. Para o ciclo de 2021, o volume estimado é de 1,2 milhão.

No dia 6 de novembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) a Lei nº 5.306, que declarou o abacaxi de Novo Remanso como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Amazonas. Para o gerente do Idam em Itacoatiara, Luciano Lobo Pinheiro Vaz, a lei é um reconhecimento que se traduz em

motivo de orgulho para o Amazonas e para os amazonenses que apreciam o abacaxi.

“Isso estimula o produtor a cada vez mais procurar práticas de manejo adequado para o cultivo, porque agrega valor ao fruto e garante qualidade ao consumidor. Enfatizo que este reconhecimento irá valorizar ainda mais a cultura local. Portanto, isso

só foi possível porque os produtores usaram técnicas de qualidade, fazendo com que o produto final apresentasse um ótimo sabor e baixa acidez”, comemora Luciano Vaz.

O presidente do Encarem, Daniel Leandro, reforça que o abacaxi de Novo Remanso traz em seu contexto histórico a luta por desenvolvimento, a busca de novas tecnologias, as técnicas de plantio que fizeram toda a diferença para a qualidade, o sabor adocicado com o mínimo de acidez, entre outros fatores. Ele reafirmou que a expectativa dos produtores é de expandir a comercialização e exportar o fruto para novos mercados.



Manejo do Pirarucu no Amazonas

*O pirarucu (*Arapaima gigas*) está entre os peixes mais apreciados do Amazonas.*

Sua atividade de manejo exige que os pescadores estejam organizados em grupos (associações, sindicatos ou colônia de pescadores) e devem possuir estruturas para contagem, captura, transporte e beneficiamento do pescado. O peixe é comercializado na forma de manta fresca que pode ser congelada, defumada ou seco-salgada. Atualmente, as áreas manejadas consistem em seis unidades de conservação estaduais e cinco federais, além de 20 acordos de pesca e quatro terras indígenas, que correspondem, no total, a 22 municípios do Amazonas.



Os peixes são ricos em proteínas, minerais, contém vitaminas do Complexo "B", fósforo e, no caso do pirarucu, ricos em ômega 3 e 6, antioxidante natural. O antioxidante, protege as veias do envelhecimento precoce, além de reduzir as células cancerígenas. O ômega 3 reduz o colesterol e aumenta o colesterol bom (HDL).



Além de todos esses benefícios nutricionais, o manejo do pirarucu é considerado altamente sustentável. Garante a proteção e controle da espécie, tendo em vista que os próprios manejadores realizam a vigilância dos lagos para preservar os estoques e inibir a pesca ilegal. Conforme o último levantamento do Idam em 2019, a produção do pirarucu registrou mais de 2,8 mil toneladas. Desse total, os municípios da sub-região Jutai/ Solimões/ Juruá produziram juntos 1,7 mil toneladas, representando 63% da produção total.



Foto: Asproc/ Reprodução

Para o diretor-presidente do Idam, Valdenor Cardoso, o pirarucu manejado é a pérola do setor primário, do extrativismo moderno e sustentável. "A atividade tem sido responsável pela recomposição do estoque natural da população do pirarucu e ao mesmo tempo, pelo aumento da oferta do pescado destinado à comercialização", destacou o presidente, ao enfatizar que o pirarucu está na trilha do açaí e logo irá ganhar mercados nacional e mundial.

O Idam vem trabalhando para identificar investidores nacionais que queiram processar o pirarucu próximo das áreas de pesca. Segundo Valdenor, a instalação de agroindústrias de processamento, nessas áreas, seria a forma mais rápida de agregar valor à produção. De acordo com o gerente de Apoio à Aquicultura e Pesca do Idam, Daniel Borges, nas áreas onde já estão sendo realizadas a pesca do pirarucu, o Idam apoia as entidades na elaboração do relatório de pesca.

“Vamos prestar todo apoio possível na elaboração de projetos e relatórios de pesca. A ideia é reduzir os custos para os manejadores e intensificar a assistência técnica pesqueira através do apoio na construção de acordos de pesca e ordenamento pesqueiro”, explicou.

E para fortalecer essa cadeia produtiva tão promissora e associada à sustentabilidade, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) busca intensificar a assistência técnica por meio da regularização de pescadores, apoio na formação

de organizações comunitárias e emissão de documentos essenciais para acesso às políticas de subvenção federal e estadual.

A exemplo do Cartão do Produtor Primário (CPP), emitido exclusivamente pelo Idam, desde setembro de 2020, os pescadores/manejadores passaram a ter acesso ao documento que possibilita a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra de insumos, apetrechos de pesca e demais equipamentos utilizados na atividade, além de descontos na energia elétrica.



Crítérios para acesso ao CPP

O pescador/manejador deve apresentar autodeclaração informando que a pesca manejada é sua principal atividade produtiva; declarar que está vinculado a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) detentora de cota e autorizada pelo órgão competente; ter a declaração da OSC de que participa das atividades relativas às etapas do manejo participativo de pesca e tem cota; comprovante de residência e coordenadas geográficas da principal área onde é realizado o manejo participativo de pesca; e declaração de produção (espécies e quantidade em quilos) emitida pelo órgão oficial de Ater do Amazonas.

Incentivo à cadeia produtiva do pirarucu

A subvenção econômica é mais um incentivo à pesca manejada, além de valorizar a produção do pirarucu. Atualmente, existe a subvenção gerenciada pela Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab), onde o valor de referência do pirarucu é de R\$ 7,83 o quilo.

Já a subvenção do pirarucu decretada pelo Governo do Amazonas, no início de 2020, foi de R\$1,00 para cada quilo comercializado. O valor é repassado pela ADS aos manejadores do Amazonas.



Palavra do presidente

No Amazonas toda política de produção rural está focada para o aspecto da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Nessa perspectiva temos intensificado ações direcionadas aos arranjos produtivos locais, que têm dado excelentes resultados, a exemplo da castanha-do-brasil manejada, do abacaxi e do nosso açaí. O açaí da variedade precatória tem 80% a mais de antocianina que outras variedades, o que nos dá um ganho de competitividade espetacular no mercado. Outro arranjo produtivo local de importância é o pirarucu, que através do manejo é possível aumentar os estoques naturais e a oferta para captura e colocação no mercado.

Valdenor Cardoso

Presidente do IDAM/AM

Emater de Minas Gerais incentiva construção de esterqueiras para tratamento de dejetos bovinos

Uma tecnologia com vantagens ambientais e econômicas

Minas Gerais é o maior produtor de leite do país. São aproximadamente 9 bilhões de litros por ano, que saem de milhares de propriedades que investem na pecuária leiteira, em todas as regiões do estado. A maioria é de pequeno porte, onde é utilizada a mão de obra familiar.

No trabalho diário nas propriedades, muitos produtores enfrentam uma dificuldade após a limpeza de currais, estábulos e salas de ordenha: o que fazer com os dejetos líquidos que saem desses ambientes. Os dejetos são a mistura de água, urina e fezes dos animais. Segundo Jane Terezinha Leal, coordenadora estadual de Saneamento Ambiental da Emater-MG, os dejetos bovinos possuem nutrientes, porém quando lançados no meio ambiente sem tratamento se tornam um potencial poluidor das águas e do solo. Primeiramente afetando o solo drenando em seguida para a água subterrânea a contaminando.

O Brasil tem uma carência nas formas e modelos de tecnologias disponíveis para o tratamento

“Então a gente tem que ter cuidado com a contaminação. A nossa preocupação é buscar novas tecnologias que vão, tanto resolver, quanto trazer retorno para o produtor”, afirma Jane.

“

desses dejetos. O que se acha muito são alternativas para grandes produtores e a maioria da produção brasileira é de pequenos produtores e agricultores familiares.

A Emater vem há bastante tempo trabalhando na busca de tecnologias que sejam adequadas ao agricultor familiar. A alternativa encontrada com melhor custo-benefício foi a utilização de esterqueiras para dejetos líquidos seguidas de fertirrigação. A esterqueira é um tanque escavado e impermeável usado para a fermentação dos dejetos. Essa impermeabilização deve, preferencialmente, ser feita com uma geomembrana,



que é uma manta com espessura e material adequados para impedir que os dejetos depositados na esterqueira infiltrem e contaminem o solo. Mas, caso o produtor tenha disponibilidade de material, ela também pode ser feita de alvenaria para reduzir o custo. O importante é que seja bem impermeabilizada. A esterqueira deve ter a profundidade de 2,5m. Essa profundidade é para garantir a forma de digestão que acontece com o oxigênio e sem oxigênio. O recipiente deve ser em formato de trapézio onde a base inferior é menor que a base superior para que isso facilite e favoreça a fermentação anaeróbica e aeróbica.



Com a impermeabilização da esterqueira, não há nenhum contato do dejetos com o solo. O dejetos é despejado no tanque onde será mantido por 60 dias para fermentação e posterior uso dos dejetos já tratados. Após esse período já não são mais dejetos, mas biofertilizantes produzidos num processo totalmente natural.

O processo facilita a vida do produtor, pois o resíduo não contamina o pasto, preservando-o, além de manter o local de trabalho limpo. "Eu tô devolvendo pra natureza aquilo que eu tirei dela. Corrijo o solo, devolvo e não vou poluir as águas e nem o meio ambiente", José Ney da Silva, produtor rural em Minas Gerais

Os produtores que aplicam a técnica em suas propriedades afirmam que o benefício é visível, pois com pouco tempo já é possível notar uma melhora no pasto que, com o passar do tempo, vai ficando mais fértil. "Aqui não produzia nada. Não tinha nada. Com o esterco do gado voltamos a produzir como se fosse cultura. Não existe terra ruim, existe terra maltratada", afirmou o produtor.

Chorumeira

Para retirar o biofertilizantes da esterqueira e fazer a fertirrigação de pastos e plantações, a coordenadora da Emater-MG recomenda o uso de uma chorumeira. "Ela é um equipamento acoplado a um trator que retira o material do tanque e lança nas pastagens. O produtor não precisa comprar uma chorumeira. Ele pode alugar o equipamento porque fica mais em conta. Muitas vezes, as associações de produtores alugam uma chorumeira para que vários interessados usem o equipamento no mesmo período", afirma.



Fertirrigação

A fertirrigação é uma forma de irrigar a área cultivada, mas além de estar fornecendo água, também fornece macro e micro nutrientes. Uma irrigação com fertilizantes. No entanto, Jane alerta que o processo é feito com critérios.

"O produtor não vai fazer de qualquer maneira. É feito um projeto técnico, a Emater olha a área disponível, a cultura, a demanda, é feita a análise de solo para ver se o solo vai suportar aquilo ou não",
diz Jane.

66

Na análise de solo percebe-se a textura do solo. Se é arenoso, argiloso, siltoso. Se for arenoso ele tem baixa capacidade de reter os nutrientes. Então o que passa por ele passa rapidamente, desce e vai para o lençol freático, o aquífero freático e esse aquífero vai receber esses dejetos. Um dos princípios do tratamento é justamente que esses

biofertilizantes nunca deverão estar em contato com os cursos d'água e as fontes de água. Porque eles se tornam impróprios para consumo, apesar de serem muito indicados para o solo e para as plantas. Então a ideia é o produtor colocar no solo e a planta absorver todo esse nitrogênio que foi colocado. Como se fosse um compartimento fechado naquela área trabalhada. Assim não será depositado nitrogênio na água potável dos seres humanos ao mesmo tempo que alimenta as plantas e as protege contra as pragas.



Aspectos ambientais

A Ater Pública de todo o país está sempre preocupada na recuperação dos solos degradados e em propagar técnicas e tecnologias do manejo sustentável do solo. Em Minas Gerais os solos estão muito degradados principalmente as pastagens. Assim, a Emater do estado

orienta a priorização de áreas mais degradadas para o uso dos biofertilizantes. Ou seja, áreas como alto do morro, encostas devem receber a fertirrigação na intenção de recuperar o solo e buscar, a partir daí, o manejo sustentável do solo.



Propriedade do José Ney da Silva com terra fértil após implementação da tecnologia da esterqueira e biofertirrigação

Aspectos econômicos

Muitos buscam a tecnologia pelo apelo ambiental. No entanto, a Emater/MG percebe que a construção de esterqueiras aliada ao uso da fertirrigação tem gerado maior apelo econômico, pois os produtores verificam que ao optar por essa tecnologia reduzem-se os custos com adubos químicos, além da mão-de-obra. Ou seja, é uma tecnologia que soma vantagens ambientais e econômicas para as propriedades, sobretudo às pequenas e à agricultura familiar. “Você parar de comprar ou reduzir o adubo químico é outra vantagem. Sem falar no benefício que vai ser para o solo. Eu vou devolver para o solo aquilo que o gado ou que a planta tirou”, afirma Éder, filho do produtor José Ney.

Calcula-se que com 350m² por ano, que é uma propriedade média, economiza-se em média R\$ 6 mil por ano em fertilizantes minerais. Além disso, o custo de mão-de-obra é reduzido por ser um manejo de fácil adaptação.

Os pecuaristas interessados em construir uma esterqueira e usar a fertirrigação podem entrar em contato com os escritórios da Emater-MG para solicitar a elaboração de um projeto. A empresa também produziu um vídeo que mostra a experiência do uso da esterqueira no município de Piedade dos Gerais. O vídeo faz parte de uma série de documentários técnicos disponíveis no site da Emater/MG. Os interessados em intercâmbio dessa experiência podem contatar a Emater do estado.



Palavra do presidente

Minas Gerais é o estado de maior produção leiteira do país, nosso plantel, segundo o IBGE, é de cerca de 22 milhões de bovinos. Portanto, o tratamento dos dejetos é uma questão importante para nosso Estado. E com uso de tecnologias acessíveis, que são orientadas pela Emater-MG, é possível dar a destinação adequada a esses dejetos e transformar o problema em vantagem. Com o tratamento correto, o que seria descartado, podendo contaminar o ambiente, pode virar inclusive biofertilizante, reduzindo os custos do produtor com a adubação das pastagens, por exemplo. É um jogo de ganha-ganha, para o produtor, o ambiente, a comunidade e consumidores, que cada vez mais valorizam produtos feitos de forma sustentável.

Otávio Maia

Presidente da Emater/MG



ANATER



Empresa de Pesquisa Agropecuária
e Extensão Rural de Santa Catarina



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E
FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E FLORESTAL

EMATER
Minas Gerais



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES ESTADUAIS
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL